

Congresso tem 594 políticos, mas paga 616

Além de arcar com salários de 513 deputados e 81 senadores, Legislativo remunera 22 congressistas que têm cargos no Executivo

Casas gastam R\$ 4,3 mi ao ano com vencimentos dos licenciados; deputado com cargo de secretário continua utilizando imóvel funcional

MARIA CLARA CABRAL
DA SUCCURSAL DE BRASÍLIA

Além de pagar os salários de 594 congressistas (513 deputados federais e 81 senadores) que estão no exercício do mandato, o Congresso Nacional gasta mais R\$ 4,3 milhões por ano com os vencimentos de parlamentares licenciados.

Atualmente, 22 congressistas eleitos que ocupam cargos em secretarias estaduais ou municipais, ministérios ou prefeituras optam por continuar recebendo pelo Legislativo. Em geral isso acontece porque o salário mensal de um deputado é de R\$ 16,5 mil—valor mais alto do que a maioria dos salários no Executivo.

Quando voltam ao Congresso, os licenciados também têm direito ao benefício do auxílio do mandato. Na Câmara, o auxílio varia de R\$ 23 mil a R\$ 34,2 mil por mês, dependendo do Estado do parlamentar. Quem volta à Casa tem direito a benefício proporcional aos dias trabalhados como deputado.

É o que ocorre com Alberto Fraga (DEM-DF): ele foi eleito deputado federal, mas exerce o cargo de secretário de Transportes do Distrito Federal.

Regularmente, porém, ele volta ao Legislativo para uma votação que lhe interessa ou para a apresentação de projeto de lei. Nesta legislatura, ele foi e voltou para a Câmara dez vezes. Em dezembro, além de pagar ao secretário os R\$ 16,5 mil referentes ao salário, a Casa teve de bancar também mais R\$ 2,2 mil, dinheiro que, segundo Fra-

ga, foi usado com telefonia para o exercício parlamentar.

Em novembro, foram gastos mais R\$ 4.000 e, em outubro, R\$ 5.200 com telefonia fixa e móvel—sendo que ele conta ainda com linhas exclusivas da secretária. Fraga não respondeu aos telefonemas da **Folha**.

Já Gastão Vieira (PMDB-MA), além de receber os vencimentos pela Câmara, continua usando um apartamento funcional da Casa, mesmo tendo se licenciado e atuado agora como secretário de Planejamento e Orçamento no Maranhão. O

da. Na iniciativa privada poderia ter outras fontes de renda, fazer consultoria para complementar os vencimentos, por exemplo”, disse o deputado Leonardo Piciani (PMDB-RJ).

O peemedebista voltou à sua cidade natal após ser convidado pelo governador do Rio, Sérgio Cabral (PMDB), para ser secretário de Habitação. Leonardo trocou então o mandato em Brasília para atuar mais perto do pai, o deputado estadual Jorge Piciani (PMDB-RJ), presidente da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro.

Ministros

A maioria dos senadores e deputados ministros também opta por continuar recebendo o salário pelo Congresso. É o caso, por exemplo, do senador Hélio Costa (PMDB-MG), que atualmente está no Ministério das Comunicações. No cargo ele ganhou mais visibilidade e está sendo cotado para ser candidato ao governo de Minas.

Segundo a última consulta feita na Câmara e no Senado, 24 deputados e 4 senadores titulares estão afastados, mas 6 não optaram por receber os vencimentos pelo Legislativo.

As novas normas determinam que o Congresso pague os salários apenas de deputados e senadores eleitos e dos suplentes que estejam efetivamente no exercício do mandato.

Antes qualquer suplente em secretarias ou ministérios também podia optar pelo benefício. Isso mudou por um entendimento da CCJ (Comissão de Constituição e Justiça) e da Mesa da Câmara, que há alguns anos estabeleceu que “a prerrogativa—opção pela remuneração do mandato—é imaneente a quem tem mandato e só pode ser exercida por quem é titular de mandato de congressista”.

LEONARDO PICIANI (PMDB-RJ)
deputado federal

imóvel, diz Vieira, é usado por parte de sua família, que continua em Brasília.

O pagamento dos vencimentos para deputados e senadores licenciados está previsto na Constituição. Na prática, no entanto, não é o que acontece em outros setores, principalmente na iniciativa privada.

“Não vejo nenhuma imoralidade nisso [em ser secretário, ministro ou prefeito e receber o salário pela Câmara]. O serviço público tem características diferentes da iniciativa priva-

LICENCIADOS COM SALÁRIO

Congresso paga vencimentos a parlamentares que assumem cargos no Executivo



é quanto o Congresso gasta por ano com vencimentos de congressistas licenciados

Opção

Ao se afastarem do Congresso para assumirem cargos em secretarias, ministérios ou prefeituras, deputados e senadores optam por continuar recebendo pelo Legislativo

Motivo

Isso acontece porque o salário de deputado ou senador (R\$ 16,5 mil) é maior do que a maioria dos salários no Executivo

Mais benefício

Quando voltam ao Congresso para alguma votação de seu interesse, por exemplo, os parlamentares têm direito ainda a auxílio do mandato proporcional aos dias trabalhados

Norma

Constituição prevê o pagamento de vencimentos a congressistas licenciados. Novas normas determinam que Congresso pague salário apenas a quem estiver no exercício do mandato

EXEMPLOS

HÉLIO COSTA (PMDB-MG)
» No Legislativo: senador
» No Executivo: ministro das Comunicações
» Benefício do Senado: R\$ 16,5 mil de salário

ALBERTO FRAGA (DEM-DF)
» No Legislativo: deputado federal licenciado
» No Executivo: secretário de Transportes do DF
» Benefício da Câmara: R\$ 16,5 mil de salário
» R\$ 2,2 mil de gastos com telefonia no exercício parlamentar

GASTÃO VIEIRA (PMDB-MA)
» No Legislativo: deputado federal licenciado
» No Executivo: secretário de Planejamento do MA
» Benefício da Câmara: R\$ 16,5 mil de salário
» Apartamento funcional da Casa

© EBC/2009

Vannuchi diz que comissão da verdade não vai anular Anistia

Ministro afirma que programa não tem caráter 'revanchista' contra militares

DA SUCCURSAL DE BRASÍLIA

A criação da comissão nacional da verdade, motivo de reclamações das Forças Armadas e do ministro Nelson Jobim (Defesa), não tem caráter “revanchista” e seguirá o que está previsto na Lei da Anistia, disse o ministro Paulo Vannuchi, da Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência.

“O programa não é contra a Lei da Anistia. Não se trata nem de revisão nem de anular a Lei da Anistia. Está lá, no item que

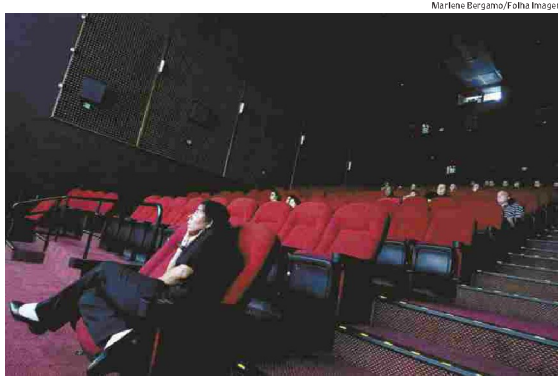
propõe a ação programática 23, que propõe a elaboração de um projeto de lei, até abril, instituindo uma comissão nacional da verdade, nos termos definidos pela Lei da Anistia. Não há nenhum sentido revanchista”, disse ele à Agência Brasil.

A criação da comissão, com objetivo de apurar torturas e desaparecimentos durante a ditadura militar (1964-1985), consta do terceiro Plano Nacional de Direitos Humanos, publicado no mês passado.

Dois pontos da proposta irri-

taram os militares: identificar e tornar públicas as “estruturas” usadas para a violação dos direitos humanos e a criação de uma lei que proíba que logradouros recebam o nome de pessoas envolvidas nas violações.

Vannuchi afirmou que “a comissão da verdade é a favor das Forças Armadas”, que são formadas por oficiais dedicados “à pátria, ao serviço público, com sacrifícios pessoais”, que não podem ser misturados com uma dúzia de pessoas que torturavam opositores políticos.



Albertina Moura, funcionária do cinema do shopping Frei Caneca (SP), assiste ao filme

foco

Estreia de filme sobre Lula provoca risos, lágrimas e críticas nos cinemas de SP

FERNANDO BARROS DE MELO
DAREPORTAGEM LOCAL

As bilheterias do cinema do shopping Frei Caneca, na região central de São Paulo, nem estavam abertas e a estreia nacional do filme “Lula, o Filho do Brasil” já provocava polêmica.

“Tem que contar é a história depois que assumiu o poder”, assistiu a esse filme no primeiro dia do ano não dá—foram alguns dos comentários das oito pessoas que estavam na fila naquele momento. Nenhuma delas comprou ingresso para a sessão.

Quando o filme começou, às 14h, 16 pessoas assistiram ao longa metragem dirigido por Fábio Barreto, que causou emoção e críticas: “Sou do ABC e é um filme que tem tudo a ver com a história do povo brasileiro. Achei emocionante”, disse o produtor Ricardo Alievi, de 24 anos.

um cinema em Itaquera, zona leste de São Paulo, já havia fila para a última sessão do dia.

A sala não estava lotada, mas mais de 70 pessoas acompanharam, na telona, a trajetória do presidente: houve gargalhadas em alguns momentos e muitas lágrimas.

Elogios

“É um exemplo de perseverança, de luta para conseguir tudo aquilo que ele quis”, disse o operador de máquinas Tiago dos Santos, 23, que afirmou se inspirar na trajetória do presidente. “Na minha opinião só faltou uma coisa: mostrar que a eleição do Lula em 2002 foi uma vitória das pessoas que combateram as ideias do neoliberalismo”, complementou o aposentado Ricardo dos Santos.

Somados o orçamento de produção, de cerca de R\$ 12 milhões, e do lançamento, o filme é o mais caro já feito no Brasil. Empresas como Volkswagen, Ambev, Souza Cruz, Hyundai, Genzenc, além de construtoras doadoras de recursos para campanhas de Lula—Odobrecht, OAS e Camargo Corrêa—colocaram dinheiro no projeto.

EXECUTIVO

Governo Lula já promoveu 60 conferências, contra 21 de FHC

DA SUCCURSAL DE BRASÍLIA

O bordão preferencial do presidente Lula se aplica a uma prática de sua gestão: nunca antes na história deste país o governo fez tantas conferências para discutir os mais variados temas. Desde o primeiro mandato já foram 60 (com a participação de 4 milhões de pessoas), que podem ter custado mais de R\$ 100 milhões ao erário.

De 1994 até hoje foram realizadas 101 conferências. No governo FHC houve 21 delas.

Funciona assim: os ministérios definem um tema a ser discutido, convocam a conferência e iniciam nos Estados a discussão do assunto com moradores, entidades, sindicatos e interessados.

Além de pessoas que participam da etapa nacional. As propostas coletadas são votadas, e as “eleitas” viram um documento que pode ser ou não seguido pelo governo. Geralmente não passam de uma carta de intenções. Muitas dependem de votação no Congresso.

Quando convoca, é o governo quem banca os eventos (passagens, hospedagem, alimentação, estrutura). Em média custam R\$ 3 milhões.

Algumas atingem cifras bem maiores: a Primeira Conferência Nacional de Segurança Pública de 2009 custou R\$ 9,82 milhões. A primeira Confecom (de comunicação), realizada em dezembro, foi orçada em R\$ 8 milhões. Participaram da última 7.100 pessoas, das quais 2.100 foram trazidas da Brasília pelo governo.

A Secretaria Especial de Direitos Humanos realizou 12 conferências desde 2003—o maior número de conferências feitas por um órgão.

Na defesa das conferências, o governo diz que a ideia do SUS (Sistema Único de Saúde) surgiu desses debates. “Você pode fazer política pública isoladamente ou discutindo com a sociedade. Nós preferimos discutir”, diz João Ribeiro, responsável pela organização da 2ª Conferência Nacional de Cultura. (ANDRÉZA MATAIS)

CONFERÊNCIAS

Gestão Lula promoveu 60 das 101 já realizadas

Gastos

O custo médio é de R\$ 3 milhões, mas há conferências que consumiram mais de R\$ 9 milhões em recursos públicos

EXEMPLOS

» 1ª Conferência Nacional de Comunicação (2009 - Ministério das Comunicações)

» 1ª Conferência Nacional de Juventude (2008 - Secretaria Geral da Presidência)

» 1ª Conferência de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transsexuais (2008 - Secretaria Especial de Direitos Humanos)

» 3ª Conferência Nacional da Aquicultura e Pesca (2006 - Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca)

» 1ª Conferência Nacional de Medicamentos e Assistência Farmacêutica (2003 - Ministério da Saúde)

This document was created with Win2PDF available at <http://www.win2pdf.com>.
The unregistered version of Win2PDF is for evaluation or non-commercial use only.
This page will not be added after purchasing Win2PDF.